autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 09/08/2022

OBSERVAÇÕES:
- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia a todos.

Declaro abertos os trabalhos da 3º Audiência Pública semipresencial da Comissão de Administração Pública no ano de 2022. Estão presentes os membros da Comissão, Vereadores Eli Corrêa e Gilson Barreto; e Vereadores: Arselino Tatto, Fernando Holiday, Erika Hilton, George Hato e Luiz Proteção Animal. O Vereador Milton Ferreira está de licença, para tratar de assuntos particulares por 31 dias, desde 1º de agosto de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br *link* auditórios *On-line*.

A audiência pública tem por objetivo discutir o PL 428/2022, de autoria do Executivo, do Sr. Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores municipais, instituiu o plano de modernização do sistema de fiscalização e atividades urbanas e a orientação de atividades urbanas, na forma que especifica, e dá outras providências.

A audiência pública foi publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 15 de julho e nos jornais de grande circulação: *Estado de S.Paulo*, desde o dia 02 de agosto de 2022 e na *Folha de S.Paulo*, no dia 08 de agosto de 2022.

Nós estamos aguardando os nossos convidados: a Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária Municipal de Gestão e o Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil.

Algumas normas nós vamos determinar. Eu quero propor três minutos de fala para todos que forem utilizar a palavra. Há inscritos *on-line*. A pedido do Líder do Governo, eu faço parte também de uma CPI e é preciso haver quórum.

Então, vou suspender os trabalhos por três minutos. Em seguida, retornaremos. Enquanto isso, nós vamos organizar a lista de inscrições para as pessoas falarem. Podem começar. Daqui a pouquinho, a gente retoma já com a fala ou com a presença ou não do Governo.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Convido a Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, Secretária Municipal de Gestão e o Sr. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Municipal da Casa Civil, assim como o meu Líder e Líder do Governo, Fabio Riva, para compor a Mesa aqui conosco.

Nós vamos dar início à abertura, para as pessoas se manifestarem. Não se preocupem. Eu quero ouvir todos os presidentes, principalmente os dos sindicatos e associações aqui presentes e depois os nossos convidados também.

Eu vou passar a palavra, de imediato, para a Sra. Marcela Cristina Arruda Nunes, nossa Secretária Municipal de Gestão.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Bom dia a todos.

Eu cumprimento o nosso Presidente de Mesa, Sr. Gilson Barreto e, em seu nome, cumprimento todos os presentes aqui, o Sr. Fabricio, Secretário da Casa Civil e o Vereador Fabio Riva.

Sr. Presidente, eu acredito que hoje nós temos algumas inscrições. Então, é importante continuar a oitiva, para depois a gestão ter alguma fala complementar.

A Secretaria de Gestão está aqui se mantendo à disposição. Eu recebi também as pessoas que procuraram a secretaria diretamente, nesse período entre a primeira audiência e essa segunda, e estamos aqui para ouvir e à disposição para complementar as falas e alguns esclarecimentos após a oitiva das entidades aqui representadas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – *Okay*. Então, eu vou abrir a fala.

Vamos ouvir primeiro aqui, conforme a relação, a Sra. Anamelia Ferreira Prado Zara, da Anis, Associação dos Servidores Aposentados.

A SRA. ANAMELIA FERREIRA PRADO ZARA – Bom dia a todos.

Eu sou da Anis, Associação dos Servidores Municipais de Nível Superior do município de São Paulo. Eu sou servidora da Saúde aposentada desde 2011, e venho aqui

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

repudiar esse projeto de desvalorização dos servidores, que tem, como recheio, a extinção de muitos serviços públicos exercidos hoje por servidores municipais.

A extinção de cargos em áreas sociais e disciplinas, além de todas as maldades que a gente vê inserida nesse processo, nesse projeto, é contra essas todas que eu venho repudiar.

Nós estamos sendo tratados desde sempre como fantasmas, fantasmas, como se nós não existíssemos dentro da Administração Municipal. Desde o início, quando recebemos, como política de reajuste salarial, o percentual de 0,01%, e aí foram vários anos, e tivemos uma proposta de subsídio, como se isso fosse a solução dos problemas, porque não se trata de reajuste, e sim de um mecanismo de coação, porque nós já vínhamos sem reajuste há muitos anos. O que parecia reajuste, na verdade, era uma de carreiras.

E os aposentados já vêm vivendo essa necropolítica explícita há muito tempo. Nós fomos punidos no reenquadramento para o subsídio de dois a três abaixo do que a isonomia previa, que seria nos níveis máximos da carreira, porque todos nós – aposentados – já havíamos cumprido 32 anos de serviço, tínhamos títulos e condições para sermos enquadrados em outros níveis. Porém não estávamos na ativa e quem estava ativa ainda a chance de galgar dentro da carreira.

Depois veio a Reforma Previdenciária e nós tivemos 14% de confisco, o que promove perda salarial, perda de condição de manter a nossa subsistência e a nossa saúde. Além do que acabou com a isenção de alíquotas aos portadores de doenças graves e de deficiência.

Agora, vem mais esse projeto, que mais uma vez desvaloriza a saúde, com aumento pífio que mantém a perda salarial; exclui os que não fazem parte do subsídio; e não deixam a chance de incluí-los na carreira.

Eu vou terminar. Mantém a política algoz aos admitidos. Esse é o reconhecimento de valorização da saúde que perdemos vidas durante a pandemia. Saúde, gente, não se faz só com médico, se faz também com outros profissionais também. E eles estão valorizando apenas os médicos.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Para fazer maldade, trazem profissionais de fora, formados para o mercado; olham os servidores com cifrão nos olhos e não nos ouvem. Eles usam suas canetas carregadas com nosso sangue. Trata-se de uma necropolítica ou não? Vir aqui, fantasiada de fantasma é para desenhar o que eles não conseguiram entender.

Dinheiro tem. São 30 bilhões de arrecadação, aumentada em 97%, o que falta é vontade política para nos conceder reajuste. Estamos lutando e não somos vagabundos, como fomos chamados da última vez. Estamos lutando pelo nosso direito de viver e de morrer, com dignidade. Se as pessoas que ocupam essa Casa, os Vereadores, a maioria, que nos dá as costas e que não nos ouve, não têm isso na vida, nós temos, como servidores públicos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Sra. Márcia Oliveira, do Fórum de Entidades. Eu pondero aos nossos amigos que respeitem os três minutos que estão sendo marcados para termos uma audiência produtiva e para todos terem oportunidade de trazerem suas mensagens.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – É. A senhora já se inscreveu? Se sim, por favor, espere sua vez. Precisamos respeitar todos os presentes, principalmente os que chegaram primeiro. Muito obrigada pela presença da senhora.

Sra. Márcia Oliveira, por favor.

A SRA. MÁRCIA OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia Vereador Gilson, Secretária Marcela, Vereador Riva, Fabrício.

Mais uma vez estou falando aqui em nome do Fórum das Entidades Representativas. O nosso fórum está aqui, mas, primeiro, estamos lamentando que tenha de ter essa divisão entre as duas audiências públicas que trabalham com servidores.

Então a primeira questão é que estamos tendo uma audiência pública no oitavo e outra aqui. Mas são audiências que interessam a todos os presentes, pois estamos falando de servidores e ainda mais sendo uma audiência pública de administração. Afinal, estamos falando

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

de um projeto de administração. Portanto, quando falamos de servidor aqui e lá em cima estamos discutindo uma terceirização da gestão escolar, claro que se complementam, por isso deveríamos estar todos juntos. Nos dividiram aqui, mas estamos juntos trabalhando pela mesma causa que é a questão do serviço público com dignidade.

Isso é a primeira questão. A segunda é que nós continuamos em campanha salarial. Nossa campanha começou em fevereiro. Nós continuamos, ainda, pedindo, reivindicando uma reposição salarial linear para todos, de 46%.

Estamos pedindo retroatividade a maio, que é a nossa data base. Nós entendemos que é seguro e dever de todos ter a sua data base respeitada.

Estamos falando que somos contra qualquer tipo de abono. Abono não é salário. Abono não fecha em salário e nós queremos salários. Entendemos que os reajustes propostos nas tabelas iniciais são dignos e respeitosos, e devem ser mantidos. Mas eles devem ser mantidos para todos os servidores. Temos de ter incentivo, política de manutenção e de retenção e de valorização para quem esteve aqui, e claro, igual para todos nós. Paridade ela não pode ser quebrada por quadros; ela não pode ser quebrada por níveis. Estamos falando de respeito à história desta Casa, de respeito à história dessa cidade e respeito às políticas públicas implantadas até hoje.

Quando estamos pedindo paridade entre as tabelas e quando estamos pedindo respeito entre os intervalos, estamos falando de dignidade para o servidor que está aqui e tem uma trajetória. Quem entrou agora é muito bem-vindo, quem entrará será também muito bem-vindo, quem está é muito bem-vindo e quem saiu foi muito bem vindo porque deixou uma história aqui dentro. Essa composição é que faz as políticas públicas. É assim que trabalhamos: compondo.

Somos contra - e gostaríamos de conhecer como foi feita - a diminuição ou a extinção de cargos. Qual é o projeto que está por detrás disso, não vimos os estudos. Na proposta do Governo não tem estudos que falem porque estão diminuindo tais cargos, como é que foi desenhado esse modelo, aliás, qual é esse modelo para sabermos o que está acontecendo.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Como estão sendo extinguidos carreiras e conhecimentos? Estamos tirando o meio ambiente, mas uma cidade como São Paulo não ter uma política de meio ambiente feita por funcionários da Casa, uma política de estado é lamentável.

Estamos falando também da questão do projeto de valorização e, depois, entramos falando de modernização. Modernização faz parte do pleito de todos nós, mas não podemos perder a possibilidade de que a modernização seja feita por agentes de carreira, então, quando estamos falando no sistema de fiscalização, entendemos que tem de ter a supressão do artigo 103, convênio para fazer fiscalização, orientação, isso é política de estado e política de estado é feita pelo servidor. Queremos, sim fazer orientação, e entendemos que é importante, e é papel nosso orientar a população, mas tem de ser feito por nós. Até porque não tem nenhuma entidade que possua competência técnica para fazê-lo, a não ser esses que prestaram concurso e que são os agentes vistores.

Agradeço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quero registrar a registrar a presença do nobre Vereador Professor Toninho Vespoli que passa a fazer parte da Mesa, conosco.

Felipe Torres, por favor.

O SR. FELIPE TORRES – Boa noite. Boa noite não, bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde.

O SR. FELIPE TORRES – Boa tarde, é que a gente passa a manhã, a noite e o dia tendo que lutar contra esse governo. Então uma saudação a todo mundo que está aqui nessa luta. E essa luta não vamos abandonar. Nós acordamos cedo para isso: para defender a nossa dignidade.

É preciso que se diga o seguinte: o desprezo que este Governo tem - que, na verdade, é um projeto político, é um projeto econômico - com os servidores, ele representa o desprezo que ele tem com a população, que necessita dos serviços públicos.

Então, votando-se esse projeto, um médico que trabalha 40 horas, vai ser valorizado em menos 799 reais, porque não vai ser reposto o confisco do ano passado. Um Analista de

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Saúde vai ser valorizado em menos793 reais, porque não vai ser resposto o confisco feito. Assim como a maior parte dos aposentados que está aqui não vai conseguir sequer ter reposto o confisco perverso, brutal e impiedoso que sofreu seu salário.

- Manifestações na galeria.

O SR. FELIPE TORRES – E mais impiedosa ainda é a situação dos nossos aposentados com insuficiências e doenças graves, de cujos salários estão sendo subtraídos 1.600 reais todos mês, de uma forma impiedosa e inclemente por este Governo. É algo absolutamente inaceitável. Esse é um projeto de destruição de servidores, além de ser o maior desrespeito que se faz à população usuária da Saúde, que depende dos seus trabalhadores, que hoje estão sendo aviltados. Enquanto o Sr. Prefeito e os Srs. Secretários têm um reajuste de 46%, os trabalhadores da Saúde, que deram sua vida e agora estão pagando de novo, além de terem que vir aqui para a Câmara Municipal pedir o que é do seu direito e escutar de Vereadores desta Casa que são sanguessugas e vagabundos. Isso é inaceitável!

Esse mesmo desprezo que está dentro desse projeto de liquidação, nós percebemos também no que está sendo disposto a outras carreiras. Na última audiência, por exemplo, eu escutei da Secretária que estão sendo eliminadas disciplinas que não têm mais serventia nenhuma, e eu fiquei sabendo agora que uma dessas disciplinas é a que eu ministro, a Sociologia. Eu faço parte da carreira que é de Analista de Ordenamento Social, que está sendo eliminada.

Hoje eu trabalho na Assistência Social, Pasta da qual querem eliminar quase 1.300 cargos de assistente social. A título de exemplo, eu gostaria de dizer à Secretária e ao Governo que há 500 mil famílias em extrema pobreza em São Paulo ao mesmo tempo em que há diminuição da capacidade de Centros de Acolhida para a população de rua, que explodiu na Cidade. Mesmo assim, o Governo quer tirar assistente social e acabar com as nossas disciplinas.

Pela NOB-RH, sociólogo e outras profissões que o Governo quer extinguir, fazem parte do SUAS e do organograma da Secretaria de Assistência Social. Então, como querem acabar com esses cargos e dizer que não têm serventia? De fato, não têm serventia se for para

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

dar lucro ou para contar dinheiro, mas têm serventia para quem precisa, a exemplo da população pobre e vulnerável, os idosos, os violados, os LGBTs. Esses, sim, precisam do serviço público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Felipe.

O SR. FELIPE TORRES – Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registro a presença do Vereador Luiz Proteção Animal, membro da Comissão. Seja bem-vindo.

Tem a palavra o Sr. Sergio Antiqueira.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Bom dia a todos e todas. Começo dizendo que nós estamos aqui ao lado do Plenário 1º de Maio, onde os Vereadores se reúnem para apresentar e votar projetos. A data de 1º de maio é muito importante e, diferentemente do que diz a mídia, não é o Dia do Trabalho, mas o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Nós gostaríamos que isso fosse respeitado no projeto, mas ele já começa dizendo que não haverá retroatividade ao dia 1º de maio. Este é o primeiro ponto observado: o projeto é fruto de uma campanha salarial unificada de várias entidades da Prefeitura, que pedem um reajuste linear de 46%. Esse projeto, no entanto, não é a resposta que nós pedimos, mas é uma resposta, apesar de sequer falar em retroatividade a 1º de maio.

Mais do que isso: quando nós falávamos em 46% em janeiro, nós estávamos dizendo que era para repor a inflação do período de maio de 2015 a fevereiro deste ano. Se nós incluíssemos abril, e a data-base é em 1º de maio, nós chegaríamos a um valor de mais de 50%, mas esse projeto consegue atingir apenas 0,4% dos trabalhadores da ativa, sendo 90% dos ativos e mais ou menos 80% dos aposentados; discriminando dentro das próprias carreiras, é lógico que o pior vai sobrar para os aposentados, que nós sabemos que é uma valorização e início de carreira. Também nesse projeto, apenas 91% de 104 mil ativos – supondo que seja pior para os aposentados – vão ter menos de 12,27%, que é a inflação do período dos últimos 12 meses até o último abril. Quando comparamos por quadro profissional, observamos que está concentrado na saúde, na educação.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Nos quadros do nível básico e do nível médio, que estão cerca de 97% dos servidores e, em média, esses quadros têm valores de 5% a 10,53% de reajuste; inclusive o valor de 5% está abaixo da inflação deste ano. Esses números mostram uma variação de 200 a 400 reais. Isso significa que tem gente que terá apenas cem reais de reajuste diante de uma inflação que vem comendo os salários, principalmente os mais baixos.

Nesse processo todo, nós temos buscado dialogar. O quadro da Saúde, por exemplo, que foi tão valorizado, que bateu palmas nas janelas, agora estão dentro dos quadros com o menor reajuste, apesar dos pisos nacionais recentemente aprovados em junho por Emenda Constitucional, com legislação aprovada.

- Manifestações nas galerias.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – É o piso da Enfermagem, o piso dos Agentes de Combate a Endemias e dos Agentes Comunitários de Saúde, que conseguiram fazer chegar a dois salários-mínimos. Mas o projeto sequer toca nesse assunto, sequer propõe abono complementar, muito menos reajuste. O reajuste por quadro de endemias está em 7,7%, valor menor que a inflação de outubro até abril.

Por isso, não dá para nós trabalhamos nessa linha e nós precisamos buscar um diálogo. Que nós possamos, ainda hoje, buscar um diálogo com a gestão. Nós não queremos que os Vereadores simplesmente votem outra coisa, porque nós sabemos que isso não vai acontecer, mas nós temos que conseguirmos estabelecer um diálogo verdadeiro com o Secretário Fabricio e com a Secretária Marcela para demonstrarmos esses dados, porque a saúde está excluída de reajuste.

No nível universitário, quem está no final da carreira são os aposentados, que também estão excluídos de reajuste. O que estamos vendo aqui são reajustes para o início das carreiras, que não têm profissionais. Então, não adianta a Prefeitura falar que vai estabelecer uma evolução em relação ao mercado, porque o que nós estamos vendo no projeto é o desmonte das carreiras a fim de não mais ter serviço público e só para terceirizar.

- Manifestações na galeria.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. SERGIO ANTIQUEIRA – Por isso, nós estamos vindo aqui hoje não só para reclamar, não, é para dizer que nós passamos seis meses buscando negociação, não desistimos e estamos aqui não só para reclamar, mas para que nós possamos mudar o que representa o PL 428/2022 para algo que seja digno ao 1º de Maio, Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, nome do Plenário onde V.Exas. votam os projetos.

Obrigado.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, do Sinpeem.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente Gilson Barreto; Secretária de Gestão Marcela Arruda, em nome de quem cumprimento todas as mulheres presentes; Líder do Governo Fabio Riva, em nome de quem cumprimento também os Vereadores presentes; público presente.

Este Projeto de Lei 428/22, como sabido de todos, contém 114 artigos, quatro deles são relacionados à política de valorização dos profissionais de educação, nos termos do artigo 100, da Lei 14.660, uma lei que batalhamos muito para conquistar e ali tem dois princípios que são extremamente importantes para todos profissionais educação e um deles dispõe sobre a data-base no mês de maio para todos os servidores públicos.

O artigo 100 estabelece que no mês de maio devem ser valorizados os pisos remuneratórios dos profissionais educação. Eu digo: dos docentes, dos gestores e do quadro de apoio. É uma lei que obriga anualmente a haver essa valorização. Também estabelece no artigo 100 que tudo que você obtém de índice de reajustamento ou mesmo na forma do abono complementar, como foi nos últimos anos e posteriormente incorporado graças a luta realizada pelos profissionais da educação, tem que ser a partir de 1º de maio.

Como foi dito, o projeto de lei não só para a educação, mas para todos os demais quadros de servidores públicos. No que dispõe a remuneração, não tem nenhum artigo que trata da retroatividade a partir de 1º de maio. Seja o índice que for, no regime que for, isso tem de retroagir.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Tratamos disso com o Executivo, com a Secretária, procurei também o líder do Governo para dizer que isso tem de ser corrigido. Não pode haver um projeto de lei que disponha sobre remuneração que desconsidere não só a Lei 14.660, como desconsidera inclusive aquilo que está assentado na Lei Orgânica do Município, que é a questão da data-base.

Foi dito sobre usuários dos quadros dos profissionais de educação. Não vou falar deles porque têm suas representações. Falo com propriedade sobre suas reivindicações e as encaminho. Sou Presidente do Sindicato dos Profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo. Estou falando sobre a questão da remuneração. Sempre lutamos para que a remuneração, o reajuste seja na forma de índice geral para que não haja contradições inclusive criadas por regimes de abono complementar, que acabam distorcendo os princípios de desenvolvimento da carreira. Os profissionais da educação têm enquadramento por evolução funcional, promoção por merecimento e antiguidade, vantagens de ordem pessoal - quinquênio e sexta-parte - e quando você tem um regime de abono complementar de piso, se não for incorporado, você vai criar uma distorção desprestigiando inclusivo aqueles benefícios e direitos que foram adquiridos ao longo da carreira.

Não somos defensores de carreira. Investidura nos cargos através de concurso, desenvolvimento através dos dispositivos de evolução funcional, de promoção, de progressão, acesso. Sabemos que servidor público precisa ter política de investimento em formação patrocinada pelo Governo obrigatoriamente ou mesmo espontânea e voluntária pelos profissionais educação. No setor da educação, da Saúde, em todos os setores de serviço público é necessário ter política de investimento no desenvolvimento profissional na sua formação. Isso tem que ter retribuição na forma de políticas públicas de valorização dos servidores públicos.

Por essa razão, reitero a reivindicação da data-base e da incorporação dos abonos complementares de piso para que não haja distorção nas carreiras.

Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Quero registrar a presença da nobre Deputada Federal Sâmia Bomfim. Por favor, tome assento na mesa com a gente.

Próximo, Michele Rosa Oliveira, Diretora Regional, Sinpeem.

Estão encerradas as inscrições.

A SRA. MICHELE ROSA OLIVEIRA – Bom dia a todos.

Eu me chamo Michele Rosa e componho a diretoria do Sinpeem. Sou professora de bebês e crianças.

Como o Professor Claudio estava falando, temos uma carreira em que os profissionais de educação podem evoluir por ela de forma horizontal e vertical. Compreendemos e defendemos as nossas carreiras, inclusive porque trabalhamos com formação de bebês, crianças, jovens e adultos. Não há educação de qualidade sem formação continuada. Então, valorizar a educação significa proporcionar formação, proporcionar condições de trabalho e proporcionar valorização salarial, sim, porque a docência e todo o trabalho que envolve a educação é trabalho, então, tem que ser valorizado como tal.

Também é verdade que passamos por dois anos pelo congelamento da Lei 173, a Lei Federal, do Sr. Jair Bolsonaro, Presidente, e por conta disso, não pudemos ter aumento durante esses dois anos. Portanto, com uma inflação galopante, os nossos salários têm sido corroídos pela inflação. Então, não podemos abrir mão de ter uma incorporação para evitar a distorção nas tabelas, a distorção na carreira, mas também para a gente continuar e ter condição de sobrevivência. Por meio de abonos para aqueles que estão no início da carreira e, sim, eles merecem e precisam ser valorizados, mas da forma correta com a incorporação.

Nós reivindicamos que esta Casa, ao aprovar o projeto, contenham dois artigos importantes, são eles: o artigo de incorporação do índice, os 32% precisam ser incorporados e no texto que trata sobre a educação não tem essa previsão; e também reivindicamos, além da incorporação, a retroatividade a maio.

Como o professor também citou, nós conquistamos. É uma lei muito importante a Lei 14.660, em 2007. O artigo 100 estabelece que todos os anos, em maio, a categoria precisa ter

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

o reajustamento dos seus salários. Então, por força da lei, em cumprimento desse direito dos profissionais, a gente pede a retroatividade desses valores a maio.

Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigada, Michele.

Célia Cordeiro da Costa, professora, Sinpeem.

A SRA. CÉLIA CORDEIRO DA COSTA – Bom dia a todos, companheiros, classe trabalhadora reunida. É bom estarmos juntos para poder dialogar com os poderes constituídos. O diálogo é sempre necessário.

Mas queria falar um pouquinho sobre o que eu sinto, eu que há 36 anos estou na rede, desde 1986, dando aulas, formando os filhos de vocês, os nossos filhos. Muito são oriundos da classe trabalhadora. Graças a Deus que a gente conseguiu isso. Valorizo muito, hoje, a gente ter na Casa, nos Parlamentos representação da classe trabalhadora. É necessária a representação sindical, tem de ter.

Eu vivi a luta desde 86. Eu vi a nossa carreira sendo construída, Srs. Vereadores, Srs. Secretários. Essa carreira foi construída com sangue, suor e lágrimas. Apanhei como muitos outros profissionais de educação. Estou na diretoria do Sinpeem. Por mais de 20 anos fiquei com dois cargos labutando – Fundamental 1, Fundamental 2. Isso é um pouco da minha vida. É necessário que vocês saibam. Nós urdimos essa carreira. Liderados pelo Sinpeem nós fizemos uma carreira que comporta evolução funcional, comporta concurso. Quando eu entrei, não tinha como as pessoas entrarem por concurso, não tinha nem obrigatoriedade do concurso. Foi na luta em 1992 contra o Paulo Maluf que nós conseguimos a 11.434, de 1993. Embaixo de muita luta, a gente conseguiu essa carreira, pela qual faremos tudo para conservar.

O Projeto de Lei 428, peca por não estabelecer a incorporação dos abonos. É um pecado que pode ser corrigido por vocês, dado que as receitas correntes da Prefeitura sofreram incremento, mais de 30 bilhões guardados, receitas que cresceram a arrecadação na ordem de 8; 9% de ITBI, IPTU, vocês sabem disso. E nós temos vinculação dessas receitas, o que vocês

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

vão fazer se essas receitas não forem usadas também para a valorização de nós outros, profissionais de educação, nós outros que ao nos aposentarmos também precisamos comer.

E recentemente esta Casa aprovou uma reforma da Previdência tirada do famigerado Presidente, não digo o nome porque me faz mal. Lá tirada do famigerado Presidente, o que ele fez? Legalizou um confisco para os aposentados. Os aposentados hoje têm de contribuir com 14% do que já contribuíram a vida inteira e agora têm que continuar contribuindo. E agora, às vezes, têm de escolher se vão pagar a conta de luz que está um absurdo por causa do Sr. Presidente e o gás de cozinha, tratamentos médicos, toda essa gama de coisas, trazemos essas informações para que vocês reflitam e possam considerar que precisamos incorporar esses abonos o mais rápido possível. Vocês podem fazer essa correção ainda, para que possamos conservar a carreira, porque nós profissionais de educação, capitaneados pelo Sinpeem conseguimos urdir.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Artur Junqueira Lascala, da Apogesp

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Bom dia, Presidente, estou no virtual, está funcionando *on-line*?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Está funcionando muito bem.

O SR. ARTUR JUNQUEIRA LASCALA – Bom dia a todos, Secretário Marcelo, Secretário Fabricio, nobres Vereadores, colegas servidores, sou representante da Apogesp, a entidade dos APPGGs, que é uma carreira de gestão pública, encarregada de várias questões relativas à gestão pública. Estamos descentralizados em diversos órgãos da Prefeitura e estamos defendendo uma emenda ao PL, registrada sob o código 1K6V9, e diz respeito à reestruturação do Quadro de Profissionais de Gestão Governamental, composto por duas carreiras e tem tabelas diferenciadas para carreiras com nível de hierarquia e responsabilidade iguais.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Então, entendemos que não deve haver essa diferenciação entre as duas carreiras que compõem esse quadro de servidores de nível superior relacionados à gestão. E já temos uma emenda apresentada para apreciação dos nobres Vereadores e a Associação dos Gestores se coloca à disposição também de todos os membros da Casa para eventuais esclarecimentos e solicitamos desde já o apoiamento para que a emenda vá à votação, posterior aprovação e inclusão no substitutivo.

É isso, cumprimento os servidores colegas, Vereadores, Secretários, boa audiência a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Paulo Soares da Rocha, da Aprofem.

O SR. PAULO SOARES DA ROCHA – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, colegas servidores municipais, mais uma vez estamos aqui para tentar o diálogo. Aqui ninguém quer guerra, ninguém quer desrespeito de um lado ou de outro.

Faço uma pergunta aos senhores interlocutores do Governo, os senhores já se deram conta dos índices inflacionários dos últimos anos, do preço do feijão, do arroz, do leite e do café, do combustível, o quanto essa inflação, o custo de vida neste país subiu nos últimos anos. E o trabalhador brasileiro continua pagando pelo desmando político deste país financeiramente falando.

O servidor público municipal de São Paulo há anos vem na casa do 0,01%. Depois de contribuir 30, 40 anos, se aposenta e tem um desconto de 14% nos seus vencimentos, a inflação lá em cima e o reajuste no salário 0,01% anos e anos. Nós, do Fórum Municipal das Entidades Representativas dos Servidores, nós da Aprofem, entidade que represento, só queremos pedir diálogo, empatia na tratativa daqueles que tiveram seus salários majorados, entre aspas, justamente.

E nós servidores estamos carregando o piano, somos nós que executamos os projetos que o Governo põe para esta Cidade. É o servidor que está lá às 6h, 6h30, para receber o filho do trabalhador na creche. É o servidor que está às 6h no AMA para atender o doente

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

desta Cidade. E nós estamos simplesmente pedindo respeito, valorização não é privilégio. Privilégio tem quem entra pela porta do fundo sem prestar um concurso público.

Desculpem-me, não é falta de respeito com os Srs. Vereadores, servidor público é quem presta concurso, político e quadro de administração, secretariado e Prefeito não são servidores públicos. Servidores públicos prestam concurso. E há anos servidor público tem sido tratado com desrespeito no seu local de trabalho, por falta de condições, no dia que vai ao banco buscar o seu salário, no dia que passa mal, que tem qualquer problema de saúde e depende de um hospital que não o assiste, não tem remédio e tem a sua família para criar.

Para concluir, Sr. Presidente, nós servidores só queremos o que é de direito. Queremos ser valorizados sim, não concordamos com privilégios, até os combatemos, mas precisamos ser valorizados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

João Ariovaldo D'Amaro, da SEAM, Sociedade de Engenheiros e Arquitetos Municipais.

O SR. JOÃO ARIOVALDO D'AMARO – Boa tarde a todos, Mesa, presentes, vou ser bem breve e me ater exclusivamente ao Capítulo VI, que trata do QEAG referente às categorias de engenheiros, arquitetos e agrônomos.

Temos umas proposições sobre a revisão de alguns pontos desse PL que consideramos necessárias. A primeira delas é referente à tabela apresentada pelo Governo, para o QEAG. Segundo o Inciso X, Art. 37, da Constituição, é obrigatório se contemplar a homogeneidade de percentual de reajuste em todas as referências da tabela, o que não está sendo feito na tabela proposta pelo Governo, principalmente do meio para o final. Então, nós pedimos que a revisão dessa tabela seja feita, inclusive temos parâmetros da própria Administração Pública, que é a tabela de Siurb, onde se pagam os valores para os profissionais que vêm de fora, e está se propondo valores abaixo disso para o servidor público. Eu acho que não está correto isso.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O segundo ponto que nós pretendemos é a questão dos aposentados. Um aposentado foi injustiçado em 2016, quando foi cortado o seu direito à paridade para atingir o final da carreira. Em todos os outros, restruturação de carreira, desde os anos 80, sempre se respeitou a paridade dos aposentados que têm direito ao final de carreira a irem para o final de carreira. Mas, em 2016, houve essa injustiça, não sei por que, e agora parece que querem manter essa injustiça e manter o aposentado fora da paridade, depois de tantos anos dedicados à causa pública.

Eu acho que o aposentado tem direito, pois ele se dedicou à causa pública, diferentemente da iniciativa privada, onde o funcionário constrói um patrimônio. Aqui, o nosso patrimônio é o nosso salário, inclusive de aposentado. E isso precisa ser respeitado. Então, eu peço, através de emenda, essa revisão para derrubar essa barreira do Q13 e Q14.

Outro ponto é que, nesse capítulo, não foi previsto o direito à opção pela nova lei, então isso precisa ser revisto. Em outros artigos, outras carreiras, têm o direito à opção, mas aqui não foi posto. Creio que foi uma falha.

E não entendemos qual foi o critério para se extinguir 561 cargos de engenheiros e arquitetos, porque nós acompanhamos muito bem a vida da administração pública municipal, que tem a área da saúde, a área da educação, que é grande, e a área da zeladoria e manutenção da Cidade, que é a nossa área, uma área importantíssima.

Estão faltando engenheiros e arquitetos nas Subprefeituras e, sem nenhuma explicação, querem extinguir 561 cargos. Então, eu gostaria de saber qual foi o critério para se extinguir esses 561 cargos. Querem contratar da iniciativa privada?

Eu quero lembrar que cabe ao profissional, a todos os servidores concursados de carreira, a representação do Estado nas suas questões administrativas, e não ao pessoal da iniciativa privada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Registro a presença do nobre Vereador Senival Moura.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Tem a palavra o Sr. Ernane.

O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO GOMES – Bom dia a todos e a todas. Vereador Gilson Barreto, obrigado pela oportunidade. Eu inicio externando a nossa solidariedade e apoio ao Vereador Toninho Vespoli, que é servidor público como nós e defendeu a nossa honra e a nossa dignidade enquanto servidores públicos. Ele defendeu também todos os Vereadores, que também são servidores públicos; nós, concursados e eles, eleitos. Obrigado, Toninho Vespoli.

E quero deixar registrado que nós fomos recebidos pela Secretário Marcela Arruda em seu gabinete quando nós a procuramos, não só a nossa entidade, como outras; mas, lamentavelmente, nós não conseguimos grandes alterações neste projeto. Mesmo assim, estamos aqui para debatê-lo.

Também nos preocupa muito essa questão que foi posta pelo meu colega sobre a extinção de 623 cargos. Nós somos atividade-meio: contadores, administradores, economistas, TI; então nós também ficamos bastante sensibilizados com isso e preocupados, porque no próprio dispositivo da lei existe uma limitação para afastamento de servidores.

Nesta Casa, nós temos servidores afastados que trabalham aqui, prestam excelentes serviços. E, com essa limitação de 3% do nível de afastamento para o nível em relação à quantidade de cargos vagos, certamente vai interferir no andamento desta Casa, também do Tribunal de Contas, das fundações e outras empresas públicas, que têm servidores extremamente competentes prestando serviço, colaborando.

Além disso, temos a questão do art. 34, que venho falando. E quando fui recebido pela Secretária Marcela e sua Secretária Adjunta, o Secretário Fabrício, nós insistimos muito nisso, que o art. 34 veda a opção de especialistas, que é uma carreira de 2007, para optarem pelo subsídio. Ora, se a política é de subsídio e isso vem sendo fortalecido a cada restruturação, como se cria um dispositivo vetando a opção para o subsídio?

Então, eu gostaria que vocês vissem com muito cuidado, acho que ainda há tempo de tentar reverter essa situação. Além disso, apresentamos uma proposta de emenda

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

parlamentar, a Associação dos Contadores, de melhoria dessa tabela de remuneração que foi apresentada, porque entendemos que os servidores que estão há mais de 15 anos na carreira, que seriam do nível 13 em diante, ainda têm muito a contribuir, porque somos nós que capacitamos os colegas que ainda estão sendo valorizados.

Esse também é um pleito nosso, que seria política de atração, porque realmente a remuneração estava muito baixa; além da política que está sendo adotada neste projeto de retenção de até 10, 12 anos. Depois dos 12 anos, já deixa de ser atrativo. Então, nós também fizemos uma proposta e gostaríamos que fosse vista com bons olhos essa questão da carreira não só no começo, mas sim no final, porque são os servidores com mais experiência que contribuem com a capacitação de quem está chegando.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para cumprimentar todos que estão de forma presencial e de forma virtual nesta audiência pública e dizer que é sempre uma satisfação a gente ter a oportunidade de falar.

Tenho algumas perguntas aos Secretários sobre a matéria. 1. Quais foram os parâmetros utilizados para cada uma das tabelas revisadas, já que não há um índice único de valorização para cada careira ou até mesmo jornada? 2. Qual a justificativa para segregar as carreiras do quadro de analista da administração pública municipal - Lei 16.119/2015, em quadros de gestão administrativa superior e com quadro de desenvolvimento humano e social, valorizando de maneira diferente os dois quadros, em prejuízo das carreiras de desenvolvimento humano e social – Analista de Ordenamento Territorial; Analista de Assistência e Desenvolvimento Social; Analista de Informações, Cultura e Desportos; e Analista de Meio Ambiente.

Terceiro: Embora tenha diminuído na primeira votação a quantidade de cargos extintos, ainda permanece a extinção de uma grande quantidade de cargos.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Qual a necessidade de realizar essa extinção, já que não gera nenhuma economicidade aos cofres municipais?

Quarto: Iremos propor, através de emenda, para que as novas de progressão sejam tratadas em lei específica, de forma que o Executivo encaminhe a esta Casa, quando tiver os estudos concluídos, projeto de lei com as regras que pretende implementar para a progressão dos servidores, viabilizando maior diálogo e transparência com os servidores.

Pergunta: há possibilidade de o Executivo aceitar esta emenda?

Quinto: por que motivo não retroagir os reajustes da data-base de maio de 2022, já que os estudos de impacto econômico consideraram essa data como início de vigência?

Sexto e último: o Executivo já encaminhou no processo o estudo de impacto orçamentário-financeiro. O que temos até o momento o que temos é o estudo encaminhado via Lei de Acesso à Informação, que demonstra que, mesmo com o projeto aprovado, haverá uma economia orçamentária de cerca de 400 milhões neste ano, o que possibilitaria uma proposta bem mais favorável ao funcionalismo.

São essas as perguntas, Sr. Presidente. Quero deixá-las registradas.

Depois, se os Secretários puderem responder, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Registrado, Vereador. Muito obrigado.

Joélia Aguiar, do Sedin – Sindicado de Educação Infantil.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero cumprimentar a Mesa e todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes neste dia.

Nós estamos indo para a segunda audiência pública do PL 428.

Este projeto e o outro projeto que está ali em cima, no Salão Nobre da Câmara, são dois projetos de lei altamente autoritários, impostos, sem chance de discussão, de qualquer aceno democrático aos direitos dos trabalhadores da Prefeitura de São Paulo.

Eu pertenço à categoria da educação. Nós estamos sendo tratados por este projeto do Executivo, o 428, de forma desrespeitosa. Por que ela é desrespeitosa? Porque é um projeto

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

que escolhe quem vai receber o reajuste e quem merece ser reajustado de forma melhor e quem não merece ser reajustado no mesmo formato, desigualmente.

Por que eu digo isso? Vou tentar simplificar, porque são somente três minutos.

Este projeto propõe um reajuste de 25% para os pisos iniciais e 5% para o restante da carreira, que é a maioria. Então como uma coisa desta pode chegar aqui e ser aprovada desta forma? Isso é de uma incoerência e de um autoritarismo que há muitos anos eu não via nesta Casa e na Prefeitura de São Paulo. Eu vi isso na gestão de Maluf, de Jânio Quadros. E agora estamos vivendo isso na gestão do Prefeito Ricardo Nunes – primeiro, com aquele projeto da Previdência, que estraçalhou com a vida dos aposentados, "reajustando" quem ganha um salário-mínimo, depois de contribuir a vida inteira, em 14%; confiscado, retirado à força, jogando a pessoa na sarjeta.

E não está muito longe: andem um pouquinho aqui no Centro, que vocês vão ver as pessoas à míngua, jogadas, sem poder comer. Quem mora de aluguel, se paga o aluguel, não come; ou vai para debaixo da ponte, como nós estamos presenciando.

Isso é de uma incoerência, de uma irresponsabilidade, como há muitos anos nós não víamos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Só um minuto, Sr. Presidente.

É preciso dizer que este projeto para a educação traz uma proposta de abono complementar, não fala de incorporação nas tabelas do padrão de salário dos trabalhadores, sendo que a verba do Fundeb, da educação, 70%, está parada. Tem dinheiro. O Tribunal de Contas publicou que tem dinheiro. O Vereador Antonio Donato divulgou. Todos sabem que tem dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Por que nós temos que estar aqui dizendo para os Srs. Vereadores que é incoerente? Porque é ilegal. Ele não fala da Lei 14.660, que tem que cumprir o Art. 100. Ele não fala, não dialoga.

A Sra. Marcela e o Sr. Fabrício sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Joélia.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – E, quando estivemos presentes na mesa central de negociação, foi apresentado *assim,* ó, mostrado. Na madrugada daquele dia, estava aqui para ser aprovado. E o pior: sem essas audiências públicas. Só está tendo essas audiências públicas porque nós, do sindicato, do Fórum, pedimos, exigimos. Temos trazido algumas informações aos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela contribuição.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Tem que ouvir os trabalhadores.

Por favor, não aprovem uma incoerência e uma irresponsabilidade desse tamanho contra os trabalhadores da Prefeitura de São Paulo. (Palmas)

O SR. FABIO RIVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Passo a palavra ao nobre Vereador Fabio Riva.

Eu queria só fazer um esclarecimento público: que o PL 573/2021, que está sendo discutido em audiência pública no Salão Nobre não é de autoria do Executivo Municipal, é de autoria de uma Vereadora aqui da Casa. Só fazer esse registro: que o projeto discutido no Salão Nobre é de autoria de Vereador desta Casa, não do Executivo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra, a nobre Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Bom dia a todas e todos. Boa tarde já.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Eu tenho um dia cheio de atividades, mas fiz questão de passar aqui para, primeiro, lembrá-los de quem foi o Bruno Araújo Pereira – não sei se todos se lembram – que foi encontrado morto junto ao Jornalista Dom Phillips no mês de junho, justamente, porque ele era um grande defensor dos povos e comunidades originários e do meio ambiente no nosso país.

Antes disso, em 2019, ele fora exonerado do seu cargo. Bruno era um servidor público da Funai. Foi exonerado porque a gente sabe que os servidores são considerados obstáculos, empecilhos para governos que querem acabar com os direitos a população (Palmas), para os governos que querem destruir o meio ambiente, não querem administrar corretamente a coisa pública, governos como o que hoje está no governo federal que querem fazer rachadinha – porque servidor público não faz rachadinha – agora, alguns comissionados fazem para poder alimentar e construir base eleitoral para Parlamentar e político que não faz nada em benefício do povo pelos quatro anos para os quais foi eleito (Palmas), mas que quer juntar uma força política artificial para tentar se reeleger.

Pois bem, a gente conseguiu barrar a PEC 32 no Congresso Nacional, que era a da reforma administrativa para todos os servidores brasileiros (Palmas). A gente passou por muita coisa difícil nos últimos quatro anos, conseguiu barrar essa reforma administrativa, justamente, porque ficou evidente qual era o seu caráter: abrir mão do funcionalismo de carreira, gente que estudou, passou no concurso público, portanto, presa pela impessoalidade na administração pública e atendem muito bem à população.

São só esses recados com os quais eu queria fazer os nobres Vereadores refletirem se é essa a lógica que querem implementar na cidade de São Paulo: a lógica da rachadinha, do descumprimento das leis e das normas, do mau atendimento à população, da destruição do meio ambiente, da perseguição política para quem trabalha atendendo a população (Palmas) e a lógica de reprodução daquilo que faz o Bolsonaro e o bolsonarismo no nosso país (Palmas) e que está sendo amplamente repudiado e reprovado pelo povo brasileiro.

Esse PL não pode passar porque, além de tudo, é inconstitucional. Como é que a gente vai fazer a fiscalização que consta no artigo 103 – muito obrigada, inclusive, pela

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

explicação – que fala que da fiscalização deve ser feita por empresa privada. De quem será essa empresa? Eu tenho uma suspeita. Do mesmo jeito que tem um monte de empresa que administra creche, serviço de saúde na cidade (Palmas), as quais não têm nenhum tipo de transparência, e uma caixa preta que precisa ser revelada. É gente que quer ganhar dinheiro sobre o que é serviço público hoje. Por isso, se for aprovado, vai ser judicializado e pode ser derrubado. Porque é absolutamente inconstitucional.

Então, esse recado do que aconteceu no Congresso Nacional acho que é importante ser refletido aqui na Câmara de Vereadores para que não se reproduza essa lógica criminosa e injusta contra aquele que atende a população de São Paulo. (Palmas)

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Juliano Godoi, do Sinpeem.

O SR. JULIANO GODOI – Bom dia, colegas servidores e servidores; Vereadores presentes e aos que estão online, representantes do Governo.

Eu queria começar a minha fala, colegas, na verdade, tecendo uma impressão que tenho: nos últimos meses, melhor, nos últimos anos, todas as vezes que os servidores municipais da educação tiveram que vir a esta Casa foi para defender com unhas e dentes direitos que estão sendo tirados, não estão sendo ampliados, nem melhorados. No meio da pandemia, a gente teve que lutar para não ter o salário reduzido; durante a pandemia, tivemos um confisco salarial por conta do aumento da previdência dos aposentados e assim por diante.

Então, essa gestão da Câmara de Vereadores está correndo um sério risco de representar para os servidores públicos da educação a gestão que retira, cotidianamente, direitos dos trabalhadores.

Isso está colocado nesse projeto que está tramitando: 428. Efetivamente, ele melhora muito pouco a vida dos servidores; não melhora consideravelmente como deveria ser melhorada a vida daqueles que trabalham diariamente com o futuro da nossa cidade. As crianças que são

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

educadas, atendidas pelos servidores da educação, efetivamente, são o nosso futuro. A gente está negligenciando isso consideravelmente.

Primeiro, eu queria deixar essa constatação.

Acho que os Vereadores deveriam ter essa preocupação. Não dá para levar para o seu futuro político essa pecha daqueles que estão destruindo os salários daqueles que cuidam das nossas crianças. Essa a primeira situação.

Sobre o Projeto 428, acho que tem dois grandes problemas. O primeiro é que é ilegal, segundo, imoral. Essas duas questões não podem ser aceitas.

Vou começar pela ilegalidade: já falaram nesta tribuna que esse projeto não atende o artigo 100 da Lei 14.660, o que o coloca na ilegalidade, porque não valorizamos o que merece ser valorizado: servidores da educação.

Vamos utilizar o seguinte critério: estamos trabalhando em dois percentuais nesse projeto 32% para quem está no início da carreira e 5% para o restante; 5% é muito diferente de 32%. Até mesmo aqueles Vereadores que xingaram os servidores públicos, que nos insultaram na sessão, conseguirão entender que 5% é muito menor do que 32%. Isso não é valorização.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

O SR. JULIANO GODOI – Isso achata a nossa carreira, mas isso do ponto de vista ilegal.

Vamos falar do ponto de vista imoral: se os Vereadores desta Casa não entenderem que estender a todo o conjunto dos servidores da educação um aumento gradativo em suas carreiras – esse achatamento vai penalizar a nossa carreira -, a gente vai ver essa gestão sendo a que gerencia e que chancela um Governo que não concede aumento salarial para quem cuida dos nossos filhos nas escolas e concede aumento salarial única e exclusivamente para o gabinete, para os comissionados e para o salário do Prefeito. Isso é muito imoral. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Andreia Aydar.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

A SRA. ANDREA CARLA AYDAR DE MELO GENEROSO – Bom dia a todos; aos componentes da Mesa também. Sou Andreia Aidar, Professora da rede há 34 anos; sou Diretora na Aprofem. Primeiramente, independe de quem quer tenha proposto esse PL e outro, faltou competência e organização nesta Casa de alguém que apontasse para mostrar "esses PLs interessam aos servidores, então, não devem tramitar dessa forma", ao mesmo tempo, buscando pelo pano de fundo dividir as categorias que aqui estão lutando e lá também. (Palmas)

Repudiar não apenas isso, dizer que, muito embora se intitule esse PL 428 como valorização dos servidores, ele mascara – é o canto da sereia – a real intenção de um descaso com o serviço público que atende toda a população da cidade, inclusive, com certeza, muitos de seus familiares. Lembrar que isso vai respingar muito negativamente, não vou encontrar termos agora, mas já vou dizer o que isso representa para cada cidadão, cada Munícipe, do qual vocês não estão excluídos, vocês estão hoje, mas são cidadãos comuns como nós. Não se esqueçam disso.

Quero dizer que, enquanto Aprofem, somos absolutamente contra e sempre fomos quanto a subsídios, privatização, terceirização, o que quer que seja.

Vou fazer um breve resumo para não escapar nada: lembrar que, graças ao Fórum das Entidades, o subsídio ainda não chegou aos QPEs graças a Deus, pelo menos uma parcela.

Por que o subsídio é um canto de sereia? Ele encanta no início e depois se lamenta, no final de carreira, quando se aposenta com nada. Lá, quando mais se precisa, quando a aposentadoria é baixa, você precisa comer, você precisa de medicação e tudo o mais. O que precisa é ter valorização, incorporação, retroatividade, índice isonômico. Parece que vivemos em universos paralelos.

Os Vereadores, enquanto servidores, merecem os 46 e nós, que estamos ali no chão de escola, de hospital e de tantas repartições públicas atendendo a esse munícipe, a quem vocês representam, inclusive o Governo, nos deixam na bacia das almas.

Eu estava ali sentada olhando essas maravilhas atrás de vocês e em frente de todos nós. Isso são horizontes, eu imagino que alguém em sua lucidez imaginou que todos temos

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

direito a horizontes, a horizontes alargados. Todos esses direitos a que temos estão sendo cortinados por vocês, com uma cortina que invisibiliza e inviabiliza qualquer possibilidade de termos esperança em uma carreira que nós trazemos não só como profissionais competentes que somos, mas por amor. Porque só nós que pisamos departamentos públicos sabemos o que é trabalhar neles, muito diferente de cadeiras almofadadas, um descaso tal que chega ao ponto de, enquanto se discute assuntos tão sérios, conversas paralelas – não sei se está ficando muito comum ou se o ser humano está realmente perdendo as estribeiras -, mas de termos Vereadora contando dezenas e centenas de notas de cem em plena votação no plenário, na semana passada. (Palmas)

E quero dizer que – só para terminar – há leis que podem ser escritas, mas há outras que não. Há leis que estão numa dimensão muito maior e quando elas não são cumpridas, de algum modo, nós pagamos, senão nós, as nossas gerações.

Por isso muito cuidado, vocês estão destruindo uma cidade que está largada, abandonada, não podemos nem andar nas ruas. Nós ainda que seguramos isso nos departamentos públicos. Eu conto com a sensibilidade e a humanidade de vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Jovens, nós temos 80 inscritos, para mim não há problema, vou ouvir todo mundo. Apenas peço para vocês respeitarem os três minutos, está bom?

Com a palavra, Lourdes Quadros Alves. Várias pessoas se inscreveram de uma mesma entidade, será repetitivo, mas tudo bem. Estou aqui e vou ouvir todo mundo.

- Manifestações da plateia.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde.

A SRA. LOURDES QUADROS ALVES –Boa tarde a todos, a todas. Agradeço a oportunidade de poder falar. Eu sou servidora da educação aposentada e eu queria muito falar aqui, porque há indignação dos aposentados e aposentadas que estão sendo rifados literalmente por esse Governo. É rifada a palavra. Não tem outra palavra para dizer das pessoas que

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

passaram 30, 40 anos da sua vida prestando serviço público na Prefeitura, atendendo a população, com qualidade, ser rifado dessa forma.

Por isso quero perguntar para os dois Secretários – não vou nem perguntar para os Vereadores da Base Governista, porque eles vão votar o que o Governo quer. Eles fazem o que o Governo quer, lamentavelmente. Lamentavelmente, eles não têm independência para votar, eles votam o que o Governo quer, porque é assim que funciona. Eu quero saber da Secretária, quando é que vocês vão se lembrar dos aposentados e das aposentadas? É uma pergunta e eu quero a resposta. Porque nós tivemos um confisco de 14% no ano passado, um golpe de 14%, e nós agora não estamos recebendo nada. Alguns, 5% da educação, com paridade, mas tem uma geração de servidores que não têm paridade. E esses que não têm paridade, vão receber o quê? É uma pergunta, eu quero saber da Secretária do Governo, o que que esses aposentados vão receber?

E da educação, eu quero dizer, nós conquistamos uma carreira. Foi no Governo Luiza Erundina, quero destacar aqui a melhor Prefeita de São Paulo. (Palmas) Essa carreira, com essa política de abono, que vocês estão estabelecendo, está sendo desconfigurada. Na prática, vocês estão desconfigurando toda a nossa carreira. Por isso eu quero saber da Secretária e do Secretário, que estão aqui, quando é que vocês vão incorporar esses valores do piso, que vocês estão dizendo que é um grande salário, de cinco mil e poucos reais por uma jornada de 40 horas para um professor, professora, com nível superior. É uma vergonha. Vamos combinar que é uma vergonha.

Vocês têm ainda a cara de pau de propagandear na mídia que o professor e a professora estão sendo valorizados com abono, com abono, de 32% para um piso de cinco mil reais. É uma vergonha. Por isso eu quero saber da Secretária e do Secretário que estão aqui: quando é que vocês vão valorizar realmente, porque esse projeto não é de valorização. É um projeto de desvalorização dos servidores, de desvalorização da educação, de desvalorização do nosso trabalho.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Gostaria de ter essas respostas. E valorizem o servidor, porque nós trabalhamos muito e não somos vagabundos. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Com a palavra Alana Farias de Souza, analista de meio ambiente.

A SRA. ALANA FARIAS DE SOUZA – Bom dia, prezados e prezadas.

Eu sou analista de meio ambiente e, com todo o respeito às demais carreiras, aos colegas e às demais entidades, nós vimos pedir apoio aos nobres Vereadores e aos representantes do Poder Executivo, que apreciem e acatem a nossa proposta, que foi protocolada nesta Casa no dia 1º de agosto, em especial, com relação à manutenção das formações que compõem a carreira e a tabela de vencimentos solicitadas.

O atendimento à demanda dos analistas de meio ambiente é fundamental para o bom andamento dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A carreira foi criada com o objetivo de tratar o meio ambiente em toda a sua integralidade. Temos diversas atividades na Secretaria que abarca o meio ambiente como um todo, que é o licenciamento ambiental, o planejamento ambiental, a fiscalização ambiental, que é a gente que exerce, é a nossa carreira; educação ambiental, avaliação de áreas contaminadas; implementação e monitoramento dos planos e metas da cidade de São Paulo, entre outras atividades.

É de suma importância a valorização e a consolidação da nossa carreira destinada a trabalhar pelas urgentes pautas ambientais e composta por quadro técnico altamente qualificado, em que todos são pós-graduados, com especialização, mestrado ou doutorado. Valorizar a carreira de analistas de meio ambiente é valorizar a agenda ambiental da cidade.

Contamos com o apoio da Secretaria de Gestão e dos nobres Vereadores.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Com a palavra Vinícius Félix da Silva. (Pausa) Ausente. Marcia Fonseca Simões. (Pausa) Ausente. Christian de Mello Sznick. (Pausa) Ausente.

Com a palavra Rui Ferreira da Silva Júnior. É uma satisfação.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. RUI FERREIRA DA SILVA JÚNIOR – Bom dia a todos. Bom dia à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Bom dia.

O SR. RUI FERREIRA DA SILVA JÚNIOR – Sou Rui, dirigente sindical pelo Sinesp.

O PL 428, na teoria, promete valorizar os servidores públicos municipais de são Paulo, mas na prática tem o potencial altamente destruidor, que vai produzir o efeito inverso, especialmente para quem está no funcionalismo há muitos anos.

A redação do texto já começou errada, porque foi feita às escondidas. O poder público decidiu e impôs essas decisões sem nem se preocupar em debater com as entidades sindicais e com os trabalhadores. Se fosse um projeto realmente para o bem do trabalhador, não teria sido arquitetado em segredo.

A Prefeitura precisa ter respeito pelo trabalhador, principalmente quando vai fazer mudanças tão sérias em tantas carreiras e, pior, quando vai acabar com algumas delas de forma inexplicável, com justificativas sem nenhum fundamento.

O Sinesp se une ao Fórum das Entidades para pedir respeito ao funcionalismo público, para pedir isonomia salarial, para pedir reajuste de 46% para todos os servidores. O Prefeito e os representantes do Governo Municipal tiveram reajustes que variam entre 46% e 53%. Por que, então, o funcionalismo público tem que se contentar com fome e miséria? Não tem que se contentar. É injusto, é imoral.

O trabalhador está passando por dificuldades. Os aposentados, que já ganham pouco, foram assaltados em 14%. Tem aposentado pedindo socorro para comprar remédios. É vergonhoso que a maior cidade do País obrigue seus aposentados a mendigarem. É vergonhoso que São Paulo coloque em dificuldades quem passou décadas a serviço dos munícipes. São Paulo não pode abandonar quem sempre trabalhou para garantir o funcionamento da metrópole.

Esses 46%, que também estão defasados, não são aumento, são reajuste. Esses 46% servem somente para repor as perdas acumuladas pelo funcionalismo nos últimos anos. Esse percentual garante somente um pouco de dignidade ao funcionalismo.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Com o PL 428, cerca de 3.600 cargos vão ser extintos. Isso é um absurdo. Esse PL cria tratamento diferenciado entre setores; cria abonos não incorporáveis que atendem à uma minoria; não prevê um reajuste anual, que é tão necessário. O PL 428 implica o achatamento salarial de quem está no meio e no fim da carreira, e também dos proventos dos aposentados.

O Sinesp reafirma o compromisso de defender a carreira e o concurso público, para que todos os cargos tenham a real valorização e o profissionalismo da Prefeitura, dos servidores, que são os que atendem lá na ponta, são os que está às 7h lá, são os que estão na madrugada atendendo à população. Quando o Governo desrespeita os servidores públicos, ele está desrespeitando os cidadãos.

A Prefeitura de São Paulo teve arrecadação recorde nos últimos anos e tem condição e dinheiro em caixa para repor a inflação e a perda histórica da categoria. Mias: a Prefeitura tem a obrigação de valorizar o servidor público e não pode destruir carreiras e vidas.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Rosana Caputti Borges. (Pausa) Ausente.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Vereador, eu estava inscrito, só que o meu som não estava funcionando. Voltou aqui. Christian Sznick

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Então, Denise Regina da Costa Aguiar. (Pausa) Ausente. Norma Lúcia Andrade dos Santos. (Pausa) Rosa Maria Pereira de Araújo. (Pausa) Não. Maura Maria da Silva. (Pausa) Não. Luzinete Rocha.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Vereador, eu estava conectado, mas o som não tinha liberado quando o senhor me chamou.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Daqui a pouco eu... É o Cristian? No final eu te retomo.

A SRA. LUZINETE ROCHA – Boa tarde a todos os presentes. Boa tarde à Mesa e a todos os colegas de profissão, da rede pública do Município de São Paulo.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Eu sou professora na rede municipal, está na diretoria do Sinpeem e venho falar que nós lutamos muito, inclusive com relação ao nosso Estatuto do Magistério que na década de 1990, exclusivamente em 1992, o Sinpeem lutou bravamente para conseguirmos ter, hoje, o Estatuto do Magistério. E nós acreditamos que esse Estatuto deve ser respeitado. Temos todo esse tempo na rede municipal, nosso estatuto, até hoje temos avançado nas questões dos profissionais da educação, e neste momento não pode ser diferente.

E digo o seguinte: esse PL 428 está afrontando aquilo que o nosso Estatuto defende. A 14.660/2007, no Art. 100, assegura um dos direitos que nós temos, que é fundamental e diz respeito à valorização dos profissionais de educação, os nossos reajustes na data base, que é o mês de maio, e os 5% que estão sendo oferecidos no PL 428 não são suficientes para a valorização.

Portanto, nós estamos aqui lutando para que verdadeiramente os 32% oferecidos no PL 428 sejam incorporados para todos os profissionais da educação, ativos, aposentados, pessoal do quadro de apoio, gestores e professores da educação infantil, do ensino fundamental 2, fundamental 1 e do ensino médio também.

Então, pessoal, a nossa participação em todos os momentos, em todas as situações no Município de São Paulo já há bastante tempo, não é novo o nosso sindicato, participando dessas lutas. Estamos aqui a dialogar com os vereadores, com os representantes do Governo para que haja a modificação no projeto, através das suas emendas, através de substitutivo, para que sejam incorporados os 32%, além de retroagir esse nosso reajuste à data base, que é o mês de maio. Isso nós não podemos esquecer.

Essa é a minha fala, é justamente para que haja uma reflexão e mudança nesse projeto original para tender às nossas reivindicações.

Obrigada a todos os presentes e até breve. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Meus jovens, nós temos outra reunião aqui às 13h...

- Manifestações na plateia.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Calma, calma. Nós vamos ficar até 13h10; às 13h10 vamos precisar entregar a sala. Eu vou ponderar...

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Claro, claro. Nós vamos fazer o seguinte: eu estou tentando, às vezes mesclando alguns sindicatos que não falaram. Eu quero que passe...

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Um minutinho. Eu quero que passe para a secretaria os sindicatos que ainda não falaram. Enquanto isso...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Então, Claudinei dos Santos Cardoso. Vamos ganhar tempo. Claudinei, fale o mais rápido possível. Vamos lá. (Palmas)

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Claudinei, só os sindicatos que não falaram. Por favor, só passe ali e fale para eu poder já chamar de imediato. Vai, Claudinei.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Eu escrevi aqui para tentar falar de forma mais rápida.

Bom dia a todos.

Quero cumprimentar os Vereadores e todos os presentes. Estou representando os agentes de endemias, da base de Ermelino Matarazzo.

Quero solicitar que, lá em Brasília, a Conacs e o Sindesp venham engrossar com o nosso sindicato. Solicito também ao Deputado Valtenir Pereira, do MDB, relator da Emenda Constitucional 120, assim como os demais deputados e senadores que criaram o piso nacional dos agentes de endemias.

Os agentes de endemias vêm brigando desde 2011, não seis meses para criar algo que valorize a carreira, mas desde 2011 estamos nessa luta. Peço o olhar de Brasília para cá para poder ver o que a maior Câmara vai fazer para valorizar a nossa carreira.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Os agentes de saúde de endemias vêm brigando na cidade de São Paulo, desde 2014, para valorização. Quero alertar aos Srs. Vereadores que o PL apresentado não cumpre o piso nacional que é de dois salários mínimos.

Hoje, a Secretaria de Gestão, na pessoa da Sra. Secretária, apresenta um salário de R$ 1.960,00, falando que está valorizando. O Governo Federal determinou na Emenda Constitucional que paga dois salários mínimos para o agente. Assume o compromisso afirmando que a União vai repassar dois salários mínimos para o Município, medida que já está sendo cumprida desde maio. A Prefeitura de São Paulo está de posse do dinheiro desde maio.

Eu sou GS-7, há quase 11 anos de Prefeitura, e quem paga o meu salário, hoje, é a União, porque eu ganho R$ 2.400,00. É um custo quase zero para a cidade de São Paulo, trabalhando 11 anos e sendo desvalorizado dessa forma. Sou um trabalhador que vem brigar pelos seus direitos. (Palmas)

Uma pergunta para os senhores representantes da maior cidade da América Latina: qual será a valorização que vocês darão para os agentes de endemias, porque depois de muita luta lá em cima nós conseguimos um piso. Dentro da Emenda Constitucional, no parágrafo 9º determina que o menor salário de agente de endemias será de dois salários mínimos.

No parágrafo 7º consta: Repasso para os demais...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado.

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Só para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Próxima, Marilza Rosa, do .

O SR. CLAUDINEI DOS SANTOS CARDOSO – Só para finalizar, no parágrafo 7º da Lei Federal, ainda fala: ...”os demais Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.”

A gente está aqui para negociar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Marilza Rosa, do Sindicato.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

A SRA. MARILZA ROSA DOS SANTOS - Meus cumprimentos aos companheiros que estão presentes, aos nobres Vereadores, aos que nos apoiaram pelo Serviço Funerário, pessoal que está nos apoiando. Aos que não apoiaram, peço que tenham a sensibilidade de ver esses projetos com melhorias para nós.

Com essa desvalorização, a gente está passando por privatização e terceirização no Serviço Funerário, um serviço essencial que não pode ser entregue na mão de qualquer pessoa, porque o serviço que estão fazendo lá é rotativo. Eles entram, ficam uma semana e saem. Sempre temos de ensinar o pessoal a trabalhar, porque com o salário mínimo que ganham, não ficam lá. Entendeu? São as terceirizações que estão usando para privatização.

A gente quer falar ainda, em nome do pessoal do Serviço Funerário, sobre os aposentados. Muitos aposentaram com salário baixo e estão passando necessidades. Estamos ajudando alguns com cesta básica. As coisas subindo da forma como estão, fica difícil para todo mundo, então peço que os Vereadores que não estão conosco, venham estudar esse projeto direitinho e tentar melhorar, porque na condição apresentada não tem como aceitar. Eu peço que os Vereadores vejam o caso dos sepultadores, motoristas, porque todos são trabalhadores, ninguém é vagabundo.

Na pandemia morreram muitos colegas nossos, ficamos com pouca gente trabalhando, muitos morreram.

Não há valorização nenhuma, todo ano é 0,01%, há mais de 20 anos. Está difícil para todo mundo. Estamos todos no mesmo barco, está todo mundo numa situação difícil. Só estou reforçando o que está sendo falado aqui.

Em nome do Serviço Funerário eu peço aos Vereadores que nos ajudem.

Obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Hospital Municipal, Lourdes Estevão.

A SRA. LOURDES ESTEVÃO - Bom dia a todos e todas.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Em primeiro lugar, nós estamos aqui porque já apresentamos, através das nossas entidades, as nossas propostas. Inclusive, o Sérgio acabou de colocar uma proposta para vocês examinarem, porque a gente precisa negociar para melhorar o projeto.

Eu gostaria de perguntar, como funcionária pública da área de saúde, aos Vereadores e para esta mesa: será que vocês sabem que de cada 10 pessoas na cidade de São Paulo, hoje, principalmente com essa crise econômica que nós estamos vivendo, sete pessoas usam o SUS? (Palmas)

Vocês sabem que quem atende as pessoas que usam o SUS, que pode ser vocês que estão cheios de dinheiro, mas ainda assim podem precisar do SAMU? (Palmas) Vocês precisam de transplante, precisam desses trabalhadores que vocês estão jogando na lata do lixo.

É isso que vocês estão fazendo: jogando os trabalhadores que, durante a pandemia, saíam das suas casas fazendo a sua obrigação. Não se negaram a fazer o trabalho porque era a sua obrigação. O trabalhador saiu sem saber se voltaria vivo. Saiu sem saber se levaria o vírus para a sua casa. Mas vocês estão colocando esses trabalhadores na lata do lixo. (Palmas) É isso que nós trabalhadores da saúde estamos pedindo para vocês.

Olhem para a educação. Não existe perspectiva de crescimento em nenhum país se não tiver educação de qualidade. (Palmas) Não existe enterro, na cidade de São Paulo, se você não valorizar o trabalhador da funerária. Não existe controle de endemia, se você não valorizar os trabalhadores da endemia.

Quem fala com vocês são trabalhadores qualificados. Nós estamos aqui apenas implorando para vocês que tenham compreensão do que é o serviço público e qual é o papel de cada trabalhador e trabalhadora que estão pedindo valorização e condições para oferecer o seu trabalho para toda população.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Aline, técnica em Farmácia. Eu quero Vigilância em Siurb, quem vai falar? Dê o nome, por favor.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

A SRA. ALINE BARBOSA – Boa tarde, gostaria de falar com os senhores porque eu costumo dizer que existem pessoas inteligentes e pessoas boas naquilo que fazem. Parabéns porque somos os dois.

Eu represento, primeiramente, a escola que eu fui formada, Escola Técnica de Saúde Pública Professor Makiguti, localizada na Cidade Tiradentes. Ela não está inclusa nesse projeto. Vou entregar um documento nas mãos de vocês.

Hoje estamos aqui dando oportunidade para que vocês conheçam de fato o serviço público. Os trabalhadores da área da Saúde, porque onde tem um trabalhador, um servidor público trabalhando, existe um local funcionando. Trabalhamos, muitas vezes, sem condições. Diferente das organizações sociais como aconteceu com o Hospital Brasilândia essa semana, que a Iabas se retirou e a população ficou sem atendimento. Nós trabalhamos. Eu assumo o meu posto de trabalho todos os dias. E gostaria de fato, que fossemos valorizados. Porque nós erámos os heróis da saúde. Quando não tínhamos EPI, quando não tínhamos informação, quando não tínhamos vacina.

Em respeito a minha gestação, a minha filha Mariana, serei muito calma, quero dizer, que realmente esperávamos valorização. No momento em que a grande maioria de vocês estavam em tele trabalho, na segurança de seus lares, nós estávamos lá. E agora como vocês vem dizer que temos uma real valorização. Tenho orgulho em dizer que eu represento a minha categoria, represento cada servidor público e eu represento a população que eu atendo. Uma fila de farmácia e um DST-Aids onde está chegando agora a varíola. Nós estamos lá. Assumo aqui um compromisso de dialogar com essa população diariamente. Porque quando falta medicação nas farmácias a resposta que a gente dá para esses usuários, que também, são vocês, é que está em processo de compra, porque o problema está aqui na Administração. Mas estamos lá. Estamos lá segurando muitas vezes a bucha que é de vocês. Por favor, não é possível que, de hoje para amanhã, seja feito uma mágica. Mas se eu fosse você, Marcela, estou confiando de fato, que vocês têm uma listinha, respeitem os pisos retroativo a 1º de maio. Melhorem as tabelas da saúde, revejam o que vocês colocaram nessa PL. Progressão e

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

promoção não dividam as categorias. Somos servidores públicos, prestamos concursos e estamos aqui porque somos inteligentes e não somos alienados com o disse o Vereador Holiday.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a Sra. Laudicéia.

Laudiceia Reis Silva dos Santos

A SRA. LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – Bom dia. Primeiro, quero cumprimentar a verdadeira nobreza que existe. Que são servidores públicos municipais. Servidores que tem tratado como nobres, porque fomos nós que seguramos o serviço público durante a pior crise sanitária que o mundo viveu.

Sou agente de combate a endemias na Prefeitura do Município de São Paulo, do último concurso de 2008. Há 14 anos você não tem concurso para Agente de Combate a Endemias. E o Governo tem coragem de oferecer uma proposta de 1900 reais no inicial da carreira dos Agentes de Endemias, quando você não tem ninguém no inicial da carreira. É um absurdo que a Secretaria de Gestão não conheça a tabela, a carga horária dos trabalhadores do serviço público. O que foi apresentado sobre a saúde em uma mesa que não foi de negociação, é uma vergonha. Vocês não conhecem, Marcela. Vocês não sabem qual é a carga horária dos trabalhadores. Não dialogaram com o pessoal da saúde. Os heróis da saúde serão obrigados a ter 0.2% no final da carreira. Vocês desprezaram médicos, enfermeiros. Todos os profissionais da saúde. Agentes de Endemias que são 1900 nesse Município, por dia, conversam com 25 a 30 munícipes. Cada um desses 1900. É bom que vocês se lembrem disso. Estamos nas ruas, temos inserção nas comunidades, e conversamos com a população e a nossa missão aqui é que até 2024 quando o Nunes está guardando dinheiro para fazer campanha todos dias que estivermos nas ruas vamos conversar com a população e dizer que esse Governo aqui não dialoga com o servidor. Esse Governo não dialoga com o servidor. Tá Marcela. Não estou fazendo ameaças. Ameaças é o que vocês fazem, *tá* Riva. Você já vai votar o projeto do jeito que vocês querem. Vamos dizer aqui que Governo está guardando dinheiro para fazer propaganda política. Esse governo está guardando dinheiro...

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Quero que minha fala seja respeitada.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – A palavra é minha como cidadã e como servidora pública eu tenho o direito de falar. Sou cidadã. Estamos em campanha salarial desde fevereiro. E vocês não conversaram com os trabalhadores. Quem não constrói esse Governo que está guardando dinheiro para fazer propaganda política. Vocês querem mexer na progressão que é a única forma do servidor público ver algum real no seu salário a cada 18 meses. A progressão é uma conquista dos trabalhadores e vocês querem congelas nossas carreiras. Enquanto isso vocês receberam reajustes. O Prefeito recebeu 46%. Então quero dizer aqui que não vamos aceitar Todos os anos vocês fazem a mesma coisa. Pega um projeto, traz para a Câmara Municipal de São Paulo e não tem dialogo e depois vem dizer que a gente faz ameaça...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Próxima Sra. Bruna...

A SRA. LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – Não vou parar de falar. Vocês não garantiram minha fala....

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Peço que a senhora respeite seus colegas ...

A SRA. LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – Nós vamos fazer campanha e dizer o que essa Casa está fazendo. A cidade está largada...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – A senhora está faltando com respeito com seus colegas...

A SRA. LAUDICÉIA REIS SILVA DOS SANTOS – Vocês não respeitam a fala dos trabalhadores. Três minutos e sou interrompida pelo Vereador porque estou dizendo que a gente conversa com a população. É essa a democracia que vocês têm aqui? É essa a democracia que vocês têm nessa Casa? Cerceiam a palavra...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Encerrou? Muito obrigado.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

Bibliotecária, Sra. Bruna.

A SRA. BRUNA – Quero me solidarizar com a colega que estava falando e foi interrompida. Aqui todos têm o direito de fala.

Boa tarde a todos. Quero direcionar minha fala especialmente a Secretária Marcela Cristina Arruda, quero citar um estudo do IPEA, que foi divulgado em 2019, embasado com relação aos anos de 1987 até 2019. Faz um estudo - é um Atlas Brasileiro de Governo – faz um estudo da realidade de Governo no Brasil e aponta diversos fatores desde a formação dos servidores de nível Federal, Estadual, Municipal até a realidade de desigualdade de gênero, de raça e nesse estudo é apontado e vou fazer uma leitura rápida aqui, a participação da mulher no mercado de trabalho avançou nos 32 anos de série histórica, embora elas continuam ganhando menos que homens em todos os níveis. Uma explicação possível para tal situação é a probabilidade de que elas estejam predominantemente em ocupações com menor remuneração. Uma vez que respondem pela maior parte das vagas nas áreas de saúde educação.

A média salarial dos homens, em 1986 era de 17,1% superior a das mulheres. Diferença subiu para 24,2% em 2017. Lamento, Sra. Secretária, que esse projeto que vocês trouxeram, que o Governo trouxe, vai aprofundar ainda mais, a desigualdade de gênero, porque as categorias que vocês estão valorizando, ou que vocês estão menos desvalorizando, são justamente categorias que tem menos presença de mulheres no nível básico e médio. A gente tem uma presença massiva de mulheres na saúde, na educação, e vocês estão dando 10%, 5% 0%, então com certeza vocês não fizeram esse estudo no momento de elaborar essa proposta. Confio na sua capacidade de entender que desenvolvimento humano é também muito importante para a cidade, não são só os números, dinheiro, e sim como a população vive, a qualidade de vida que a população tem. Eu confio na sua capacidade e eu acredito que você vai avaliar o impacto desse aprofundamento de desigualdade no projeto do Governo.

Eu lamento que vocês não tenham olhado isso porque as pessoas aposentadas, por exemplo, seguraram os familiares e os amigos, durante toda a pandemia, quando as pessoas estavam perdendo os seus empregos, quando elas não tinham, reduziram as suas rendas e

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

lamentavelmente vocês abandonaram essas pessoas nesse projeto. Eu gostaria que você desse uma olhada nessa questão do projeto do Governo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula, do Quadro de Apoio.

A SRA. ANA PAULA LEME – Boa tarde a todos.

Eu cumprimento meus colegas servidores e não reconheço a Mesa como legítima representante do povo, porque, como disse Rousseau, todo o poder emana do povo e, em nome dele, deve ser exercido e vocês não estão exercendo o poder em nome do povo, porque aqui tem povo.

Vamos rapidamente para não tomar o tempo dizer para vocês que vamos protocolar a nossa intenção à Mesa e quero colocar para vocês o seguinte: nos últimos 20 anos a política foi de 0,01% para todo mundo. Essa foi a desculpa usada pelo Prefeito para aumentar o salário próprio e de seu secretariado em 46%. Estamos pedindo o princípio da isonomia, os 46%, porque segundo o IBGE, a inflação dos últimos 20 anos foi de 77%. Então, os 46% estão abaixo. Além disso o DIEESE coloca que o salário-mínimo ideal seria de 6.657 reais. Esses 46% de aumento representa 85.13% desse valor, o que não dá para ninguém sobreviver. Além disso com os reajustes de 46% eu digo que 80% dos servidores vão ficar cerca de 12.87% abaixo do teto do salário-mínimo do INSS. Então, está na hora de rever.

Especificamente do Quadro de Apoio da Educação nós temos outro problema que é a tabela criada por vocês com 5% de reajuste, que simplesmente suprime 10 referências, quem entra hoje com reajuste de 32%, vai ganhar o mesmo valor que um profissional que está mais de uma década labutando, profissional esse que fala com a população, profissional esse que cuida das crianças, profissional esse que dedica a sua existência a manter a educação das crianças num patamar de excelência. Educação essa que eu tive, porque eu sou produto da escola pública municipal de São Paulo. Tudo que eu conquistei na minha vida foi graças ao que eu aprendi na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Shirley Guio Vila Munhoz,

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

com professores que hoje são meus colegas e que vocês hoje com esse projeto, que foi feito a sorrelfa e a socapa da nossa vontade, estão jogando no lixo.

Por último, eu só preciso dizer o seguinte: nós servidores públicos passarinho, vocês passarão.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Tem a palavra a Sra. Márcia, representando os aposentados.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Boa tarde a todos, meu nome é Márcia, sou aposentada da SMADS, trabalhei 37 anos na Prefeitura. Quero me solidarizar com todos vocês porque todos somos servidores públicos iguais, não há diferença de tabela. Eu fui muito agraciada agora porque eu passei para uma tabela inferior, eu era analista de desenvolvimento, agora eu virei desenvolvimento humano, e os arquitetos viraram nível superior. Então, nas entrelinhas a gente vai vendo o que propõe esse desgoverno.

Eu tenho uma proposta que é para acabar com essas tabelas, eliminar desse projeto essas malditas tabelas que nos diferencia, 46% para todo mundo e, se quiser valorizar as tabelas, façam um estudo sério, competente, de cada uma das categorias profissionais e vejam quem precisa aumentar. Não mexam com o quadro funcional, quadro funcional é uma coisa, recomposição salarial é outra. Está tudo no mesmo balaio de gatos. Se aprovado esse projeto eles vão dizer: “Já demos aumento para vocês.”, aumento, vão falar inclusive de aumento, isso é recomposição inflacionária que nós estamos pedindo aqui. Aliás igual ao do Sr. Prefeito e dos Srs. Secretários. Eu queria entender por que aumenta a tabela no início se não vai mais fazer concurso público, é balela, é para cairmos e termina com 5% da tabela.

Então, eu quero questionar isso com a Sra. Secretária...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Márcia, você ainda tem um minuto. Calma, eu tenho que suspender a sessão por um minuto para o Vereador Rodrigo abrir a sessão dele e ele vai dar mais cinco minutos para podermos encerrar a nossa audiência, mas você tem um minuto garantido.

Está suspensa a audiência.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Reaberta a audiência pública.

Márcia, por favor.

A SRA. MÁRCIA PERRONE – Eu acho que é balela, sabe por quê? Acabou de lançar um edital chamando não sei quantos mil professores durante um ano, em período temporário, então está claro, gente. Por que a extensão de cargos? A extensão de cargos é o que acaba com serviço público, não vai mais ter cargos para fazer os concursos, consequentemente...eu quero perguntar para o Riva, que é o líder de Governo, qual é o estado que esse desgoverno pretende implantar em São Paulo? Porque acho que deve ser um estado que só paga as continhas para as organizações sociais...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Márcia.

Agenor você tem um minutinho.

O SR. AGENOR PALMERINO MONACO JUNIOR – Obrigado, Vereador.

Obrigado pelos cinco minutos e o meu desagravo coletivo ao Vereador Toninho Vespoli, que nos defendeu valorosamente de uma acusação terrível. Quero dizer a vocês que uma das funções fundamentais dos Vereadores não é serem Situação. A Situação é decorrência de uma identidade, mas, em primeiro lugar, os Vereadores, além de elaboradores das leis, eles são fiscais, e a vossa fiscalização se realiza na ponta com servidores públicos, respeitando a hierarquia, respeitando a legislação, respeitando o interesse público. Fiscalizam o exercício da administração pública.

Eu mesmo, que sou sociólogo de carreira há 35 anos, muitas vezes dei pareceres contrários, inclusive em administrações que eu tinha identidade ideológica, em nome do interesse público. E eu posso fazer isso porque eu tenho estabilidade. O que se está discutindo na educação tem muito a ver com o que está acontecendo aqui. É por isso que existe superávit e não gastos, porque os recursos vão ser destinados fundamentalmente para algo que não foi

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

trabalhado aqui devidamente; porque a gente está trabalhando, e a população precisa saber que nós não somos corporativos.

Se vocês quiserem saber o quanto eu ou qualquer um dos servidores municipais ganha, vocês abrem a Transparência e acham. Mas o cidadão, o empresariado, o empreendedor - do qual os neoliberais enchem a boca para falar -, esse empreendedor tem que saber que existe um setor corporativo que ganha fácil muito mais que muitos pequenos e médios negócios, que são os dirigentes das organizações sociais, cujos salários você não encontra na Transparência. (Palmas) E essas organizações sociais provavelmente são apadrinhadas e prestam depois a reverência e a contrapartida de diversas formas para seus padrinhos; e a população da cidade de São Paulo tem que saber disso. Nós estamos defendendo o interesse público não só do ponto de vista dos direitos, mas do ponto de vista da ética, da política. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.

Para suas considerações finais, a nobre Secretária Marcela Cristina Arruda Nunes. Por favor, Secretária.

- Manifestação no recinto.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Gente, é importante o pessoal da Assistência falar. Todo mundo falou.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Quem faltou falar?

A SRA. LUANA ALVES – A representante da Assistência social. Falou educação, falou saúde. Uma da assistência social tem que falar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Então, vai, fala.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARIA MOTA – Olha, eu só não gostaria de ouvir “vai, fala, vai”, não é? Eu acho isso desagradável e desrespeitoso. (Palmas).

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Não, eu sou nordestino. "Vai lá", quer dizer com todo respeito.

A SRA. MARIA MOTA - Então, eu vou pedir para zerar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Você está convidada.

A SRA. MARIA MOTA - *Okay.* Obrigada. Vou pedir para zerar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pode ir, quem controla o tempo sou eu.

A SRA. MARIA MOTA - Boa tarde a todos e a todas. Sou Maria Mota, sou assistente social na cidade de São Paulo há 12 anos nessa região. Sempre trabalhei na zona Sul e agora estou na zona Oeste. Não vou repetir o que os colegas disseram sobre a extinção de cargos, a não inclusão dos aposentados e a não valorização dos trabalhadores.

O que significa valorizar? É dar valor a algo ou a alguém. Essa proposta não é de valorização, foi feita em um gabinete por alguém que disse "Vamos fazer alguma coisa com essa caneta" e que fez algo para nos dividir, para nos separar e hoje nos colocar nesta salinha micro desta Casa, que deveria nos receber, pois há duas audiências superimportantes, e deveríamos estar lá fazendo outra discussão e também aqui, com o recinto lotado. Ao invés disso, fizeram com que ficássemos aqui, nesse cantinho. Pergunto: esta Casa está valorizando, respeitando os trabalhadores?

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARIA MOTA – Aqui não há nada disso. Então, eu quis insistentemente falar hoje para fazer dois convites aos senhores. Primeiro: venham comigo trabalhar na unidade. Venham trabalhar com um agente de endemias, trabalhar na unidade. Venham com o professor ficar na sala de aula o dia inteiro. E não precisa vir todo mundo, somente um parlamentar por servidor nesta cidade. Vão acompanhar uma enfermeira, vão ficar na farmácia. Nem precisam ir a semana toda, só um dia. Esse é o primeiro convite. Aí, vão pisar o chão que a gente pisa para saber as condições de trabalho em que a gente vive, utilizar os equipamentos que a gente utiliza, utilizar inclusive a internet, que não tem em todas as unidades, o telefone que a gente utiliza, o

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

computador que não presta, o teclado que a gente tem que ficar apertando para digitar o nosso relatório. Outra coisa: vão atender as famílias.

O segundo convite é para os aposentados: se houver algum entre nós, pode levantar e trocar de holerite com os Vereadores. Não é para trocar por um mês, somente por uma semana. Não se assustem, porque vocês não conseguem viver com o salário de aposentado por uma semana. Não precisa ser o mês inteiro. É disso que nós estamos falando aqui. A gente não está falando de luxo, a gente está falando de respeito e de valorização concreta. Pisem o chão que a gente pisa, conversem com a gente, construam de verdade o que vocês chamam de diálogo e propostas de valorização.

Obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Com a palavra a nobre Secretária Marcela Cristina Arruda Nunes. Por favor, Secretária, suas considerações.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Pessoal, independente daqueles que não conseguiram falar, caso alguém queira conversar comigo, ao final eu fico aqui, e a gente pode dar continuidade caso haja questões complementares.

Os ofícios foram recebidos, tantos os da audiência anterior quanto esses. Eu vou dividir a fala em três ou quatro pontos, por blocos, tendo em vista que algumas questões são idênticas, complementares.

Em alguns blocos, vou citar categorias; em outros, que são complementares, o próprio tema pode atender. Eu queria só fazer um ponto de atenção, acho que como mulher cabe isso. Que a gente tome um pouco de cuidado com as falas generalizadas, pois hoje nós estamos atraindo tanto ódio, racismo e discriminação profissional, em especial com os colegas dos cargos comissionados, pois mais de 45% deles são servidores ocupando cargos em comissão, e o projeto prevê valorização inclusive dos cargos em comissão. Mas não é só por isso: é que de fato, as falas generalizadas, sejam da Mesa, sejam do Governo, atraem ódio, discriminação em

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

relação à mulher, em relação à profissão e aos outros colegas que estão aqui. Da minha boca, nunca vocês ouviram nem vão ouvir falar qualquer ofensa às servidoras e aos servidores.

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Um dos primeiros projetos, na primeira análise que fiz...

- Manifestação no recinto.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES –. Inclusive na Prefeitura temos, sim. Quero fazer coro com as colegas em relação às mulheres; pois mais de 73% das servidoras são mulheres, com um número hoje interessante também em cargos de gestão. Então, como mulher, tenho conhecimento, estou atrás e vamos buscar, sim, esse olhar para a mulher.

Sobre dúvidas mais gerais em relação a algumas carreiras, foi apresentada tanto nos ofícios como nas falas a problemática da opção. Recebi os sindicatos, que apresentaram isso nas reuniões anteriores, recebi também nas falas complementares a questão da opção. Ela será, sim, por parte do Governo, tanto esclarecida como adicionada, em atenção às solicitações. Foi um pedido que vem já de alguns momentos. A única diferença que há, acho que para uma categoria só, que não pede apenas abertura de opção, mas pede outros benefícios junto com a opção, retroativos *etc.*, isso está em análise; mas a opção, sim, será esclarecida e também adicionada por nossa gestão.

Alguns esclarecimentos - porque, alguns precisamos complementar até amanhã essa discussão – dizem respeito aos agentes de endemias. Eu recebi, acho que na última reunião com o Sindsep, essa questão. Na última de algumas reuniões que tivemos com o presidente João Gabriel, que está presente, e há outros que participaram, recebi, sim, a notícia da Emenda 120, que foi aprovada em 6 de maio deste ano, e do primeiro pagamento, numa data de junho deste ano. Me comprometi com o Presidente do Sindsep, imediatamente à recepção dessa notícia, a verificar o que que estava acontecendo a respeito do fundo. Havia essa discussão, já foi esclarecida a base dos Vereadores como um todo, inclusive ao Toninho, à Luana e outros que participaram. Pessoalmente, fui atrás da Saúde para compreender.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O Governo Federal atraiu para si a responsabilidade do pagamento dos vencimentos dos agentes de endemias, fez isso por Emenda e com a disposição de responsabilidade própria. A União atraindo essa responsabilidade. Ele só errou na conta, como tem errado em muitas coisas em relação aos municípios. Ele então passava valores a menor, o município complementava. A parcela de junho veio com um valor a maior, que deveria já estar vindo antes, mas não atendendo o quantitativo.

O que a gestão fez, no limite das suas competências, foi impulsionar a Secretaria da Saúde para que fizesse força aos ofícios direcionados à União, para que o Governo Federal pudesse esclarecer esse ponto e alcançar o quantitativo que tem no município de São Paulo.

Então eu queria dar esse primeiro retorno. Sim, o agente de endemias terá uma resposta tanto no que diz respeito à competência de Governo Municipal, mas também no que diz respeito à provocação do Fundo do ofício que já foi direcionado à União e isso também será uma resposta às nossas últimas conversas.

Em relação ainda à Saúde, eu não sei se os senhores lembram da minha fala na audiência passada. Eu esclareci e, com muita humildade, que as tabelas da Saúde estavam em construção e em conversas. Fiz isso, salvo engano, logo no início da fala quando me referi à Saúde, deixando claro o olhar de necessidade especial para saúde.

Então uma resposta, que quero quebrar até o protocolo e me antecipar, é que teremos alguma correção na tabela da Saúde. Eu peço que os senhores aguardem. A gente está falando de um projeto que eu sei que, não me furtei desde o início na conversa com os sindicatos, ainda que peguei no meio do caminho andado, mas de expressar que os 46%, ainda que justos, compreensíveis e todos os históricos que já têm, neste momento, ele seria inviável por conta de questão de orçamento.

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – A questão...

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Pessoal, por favor.

- Manifestação do público.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor. Por favor.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Eu posso encerrar ou continuar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado Secretária. Se não quiser, eles não quiserem.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Eu só estou explicando um contexto. Quando falei em nome da Secretaria de Gestão, porque isso é uma construção conjunta, não foi dizendo que não teria o acréscimo nas tabelas, que teriam esforços. Inclusive, alguns pedidos, sei que não todos, mas alguns pedidos dos sindicatos foram atendidos.

A questão de construções de quadros que começam a separar, foi pedido dos sindicatos, não foi ideia somente da gestão.

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – A gente teve...

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Eu gostaria que os sindicatos que pediram se manifestassem quando tiver alguma coisa atendida também. Acho que em respeito ao que nós fizemos.

Têm pedidos de sindicatos atendidos, não foram atendidos todos. Mas teve compromisso de a Gestão dar continuidade. (Pausa) Eu estou vendo a sinalização dos sindicatos que pediram, sinalizando o atendimento.

Em nenhum momento também houve uma negativa em relação aos pedidos complementares. Existe, da parte das impugnações das carreiras dos engenheiros, aqui de todos, falar de carreiras apartadas, os analistas de políticas públicas, de gestão, que todos foram compreendidos, mas algumas equiparações não foram ainda atendidas.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

O que eu quero dizer é que é o início que a gente se propôs para ter, em pouco tempo, a continuidade desse momento.

A questão da...

- Manifestação do público.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – A escola estará dentro das alterações da saúde também. O Sindsep tem essa clareza da construção, que é muito maior. Por isso algumas respostas serão complementares.

As demais questões da extinção de vagas, a gente ouviu todos, fez anotações, mas há só um esclarecimento. Os cargos com proposta de extinção nunca foram ocupados historicamente, independente de governos. A proposta que está sendo mantida está autorizando a continuidade dos concursos públicos para todas as carreiras que estão sendo mantidas. Dos cinco mil, houve talvez uma divergência de interpretação, em alguns momentos, entre a sugestão da extinção de cargos e esse quantitativo, porque não estão sendo extintos, por exemplo, cargos da assistência social, que deverá ter mais concursos. Acabamos de ter uma chamada de concurso e há previsão para mais em todas as carreiras que são necessárias. É uma questão de interpretação do quantitativo.

As demais categorias e todos os temas, falando de forma geral, saúde, os nossos quadros de engenheiros, os quadros de contadores, o quadro de gestão administrativa, de desenvolvimento, todas as propostas complementares foram recebidas. Até amanhã, a gente tem possibilidade de fazer alguns ajustes e um compromisso, com os sindicatos que assim quiserem, da continuidade.

A discussão da progressão e promoção...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Secretária, o substitutivo virá quando, para os Vereadores poderem analisar? Ou vai chegar em cima da hora para a gente votar? Quero entender um pouco isso.

- Manifestação do público.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – A questão da progressão e promoção descrita...

O SR. FABIO RIVA – Secretária Marcela, se me permite apenas responder ao Vereador Toninho Vespoli. Nós marcamos amanhã, às 14 horas faremos uma reunião com a Secretária. Nós vamos apresentar com as propostas...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Não, mas o texto.

O SR. FABIO RIVA – O texto pronto do substitutivo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Secretária, por favor.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – A questão da...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovem, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovem, por favor. Secretária, continue o seu raciocínio.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Por favor, Secretária.

- Manifestação fora do microfone. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Jovem, por favor. Secretária.

A SRA. MARCELA CRISTINA ARRUDA NUNES – Eu quero me colocar à disposição para a gente continuar, porque eles precisam, de fato, encerrar a audiência.

A questão dos aposentados, existem vários aspectos. Eles não são compreendidos com os patamares do início de carreira, que também é uma construção pedida. A questão dos 14%, eu sei que foi tratada em um momento diferente. Por exemplo, em algum momento, foram citados os inativos sem paridade e essa criação de valores. Existe uma questão constitucional que não é superada pelo Município para esse tipo de correção. Existem competências

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.

autuado por Simone Regina Ribeiro do Prado em 12/08/2022 15:07:09.

constitucionais, mas isso não impede da continuidade dessa conversa, seja com o Legislativo ou com o Executivo.

Eu encerro. Não dá para continuar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretários. Peço desculpas ao Vereador Toninho Vespoli, ao Vereador Fabio Riva e ao Secretário Fabricio Cobra por não darmos a palavra.

Nada mais havendo a tratar, estão encerrados os nossos trabalhos.

Muito obrigado a todos, agradeço a presença.

Matéria AUD 230/2022. Documento assinado digitalmente por SIMONE REGINA RIBEIRO DO PRADO em 12/08/2022 e juntado ao PL 428/2022 por Simone Regina Ribeiro do Prado. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=398984.